



PROTOCOL

ENCAMINHADA NOS
TERMO DE
ARTICULO DO
RECIBO FERNANDO

06 ABR. 2015

Carlos Alberto Martins Marinho
Secretário Legislativo
Ato nº 005/2012/SRH/GAB.PALE

Nº

167/15

Indica ao Governo do Estado de Rondônia a renovação da Lei que trata da isenção de ICMS sobre industrialização e comercialização de peixe produzido no Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 01 de abril de 2014.

ADELINO ANGELO FOLLADOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

INDICAÇÃO

Nº

AUTOR : ADELINO FOLLADOR - DEM

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, a presente propositura se faz pela necessidade da renovação da Lei. Fundamenta-se no artigo 150, § 6º, da Constituição Federal e tem por objetivo impulsionar a produção e comercialização do peixe no Estado de Rondônia.

Sabemos que a produção de peixe no Brasil, considerando o produto proveniente da pesca e da aquicultura, é insuficiente para atender a demanda de consumo interno. Logo, o Estado de Rondônia, que reúne todas as condições favoráveis ao desenvolvimento da piscicultura, pode tirar proveito do seu potencial produtivo e despontar no cenário nacional como um dos maiores produtores de pescado.

Entretanto, atualmente, o nosso produto apresenta baixa competitividade por diversas razões, dentre as quais podemos citar os incentivos fiscais concedido por outros Estados da Federação à sua produção interna, como é caso de São Paulo, Santa Catarina, Tocantins, Rio Grande do Norte, Pará e Mato Grosso.

Todos estes Estado, em maior ou menor medida, concederam incentivos fiscais à piscicultura, concretizados por meio de isenções, redução da base



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTÓCOLO	INDICAÇÃO		Nº

AUTOR : ADELINO FOLLADOR - DEM

de cálculo, substituição tributária, recolhimento diferido e crédito presumido do ICMS incidente sobre a industrialização e comercialização do pescado produzido em seus territórios.

Exemplo disso, em 2007 o vizinho Estado do Mato Grosso, por meio da Lei Estadual nº 8.684, definiu que “as operações internas e interestaduais relativa à comercialização e industrialização de peixes criados em cativeiro em território mato-grossense, sejam frescos, resfriados ou congelados, bem como suas carnes e partes in natura, manufaturadas, semiprocessadas ou industrializadas, utilizadas na alimentação humana ficam isentas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (art. 1º).

Neste contexto, a redução da carga tributária por meio da isenção do ICMS ainda não é a solução definitiva para o problema ora apresentado, mas certamente servirá de incentivo ao aumento da produção e atrairá para o Estado de Rondônia grandes investimentos nos setores de industrialização e comercialização do pescado, alavancando a economia regional e desta forma proporcionando melhores oportunidades ao povo rondoniense.

ADELINO ANGELO FOLLADOR
DEPUTADO ESTADUAL